ISSN 0103-7013
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

Artigo Científico

dx.doi.org/10.7213/psicolargum.44.126.AO03

PSICOLOGIA Argumento

PUCPRESS

periodicos.pucpr.br/psicologiaargumento

Percepções de Profissionais Acerca de Reações Maternas na Revelação da Violência Sexual

Perceptions of Professionals Regarding Maternal Reactions to the Disclosure of Sexual

Violence Percepciones de Profesionales Sobre las Reacciones Maternas al Revelar Violencia Sexual

RUTIELI TONELLO [A]
PASSO FUNDO, RS, BRASIL
[A] ATITUS EDUCAÇÃO (ATITUS), ESCOLA DE SAÚDE, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

LINÉIA POLLI [B]
PASSO FUNDO, RS, BRASIL
[B] ATITUS EDUCAÇÃO (ATITUS), ESCOLA DE SAÚDE, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

JEAN VON HOHENDORFF [C]
PASSO FUNDO, RS, BRASIL
[C] ATITUS EDUCAÇÃO (ATITUS), ESCOLA DE SAÚDE, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Como citar: TONELLO, R.; POLLI, L.; HOHENDORFF, J. V. Percepções de profissionais acerca de reações maternas na revelação da violência sexual. *Psicologia Argumento*, 44(126). 1901-1915,2026. https://dx.doi.org/10.7213/psicolargum.44.126.AO03

[a] Professor e pesquisador, Email: jean.vonhohendorff@atitus.edu.br
[b] Pesquisadora, Email: lineia.polli@hotmail.com
[c] Pesquisadora, Email: rutitonello@hotmail.com

Resumo

Estudos sobre reações maternas diante da revelação da violência sexual costumam ser feitos com mães que frequentam serviços da rede de proteção. Assim, visando ampliar o conhecimento sobre o fenômeno, objetivou-se compreender como profissionais da rede de proteção percebem as reações maternas diante da revelação da violência sexual de seus/suas e filhas. Realizou-se um estudo qualitativo no qual 12 profissionais de dois serviços da rede de proteção foram entrevistados. Por meio da análise dos dados foi possível dividir as reações em dois grupos - protetivas e não protetivas –, além de conhecer possíveis influências nessas reações. Tais reações e fatores de influência foram discutidos com base em estudos prévios, dinâmica da violência sexual e fatores sociais. Conclui-se que mães fazem parte do fenômeno da violência e, por isso, também necessitam de ajuda por meio de intervenções sem julgamento e que visem promover acolhimento e bem-estar.

Palavras-chave: violência sexual, comportamento materno, serviços de proteção infantil.

Abstract

Studies on maternal reactions following the disclosure of child sexual abuse are typically conducted with mothers who receive services within the child protection network. To broaden knowledge about this phenomenon, this study aimed to understand how professionals working in the child protection network perceive maternal reactions to the disclosure of sexual abuse involving their children. A qualitative study was conducted in which 12 professionals from two child protection services were interviewed. Data analysis made it possible to classify maternal reactions into two groups—protective and non-protective—and to identify possible factors influencing these reactions. These reactions and their influencing factors were discussed in light of previous research, the dynamics of child sexual abuse, and social factors. The findings indicate that mothers are also part of the phenomenon of sexual abuse and therefore require support through nonjudgmental interventions that promote care and well-being.

***Keywords**: sexual violence, maternal behavior, child protective services.*

Resumen

Los estudios sobre las reacciones maternas ante la revelación de la violencia sexual contra niños, niñas y adolescentes suelen realizarse con madres que reciben atención en los servicios de la red de protección. Con el fin de ampliar el conocimiento sobre este fenómeno, el presente estudio tuvo como objetivo comprender cómo los profesionales de la red de protección perciben las reacciones maternas ante la revelación de la violencia sexual sufrida por sus hijos e hijas. Se llevó a cabo un estudio cualitativo en el que se entrevistó a 12 profesionales de dos servicios de la red de protección. El análisis de los datos permitió clasificar las reacciones maternas en dos grupos —protectoras y no protectoras—, además de identificar posibles factores que influyen en dichas reacciones. Estas reacciones y sus factores de influencia fueron discutidos a la luz de estudios previos, de la dinámica de la violencia sexual y de factores sociales. Se concluye que las madres también forman parte del fenómeno de la violencia sexual y, por ello, requieren apoyo mediante intervenciones libres de juicios que promuevan la acogida y el bienestar.

***Palabras clave**: violencia sexual, conducta materna, servicios de protección infantil.*

1. Introdução

A violência sexual contra crianças e adolescentes consiste em qualquer conduta que constranja a criança ou o adolescente a praticar ou presenciar conjunção carnal ou qualquer outro ato libidinoso, inclusive exposição do corpo em foto ou vídeo por meio eletrônico ou não (Brasil, 2017). Os dados do 20º Anuário Brasileiro de Segurança Pública evidenciam que a violência sexual registrada no Brasil incide predominantemente sobre crianças e adolescentes, uma vez que 77% das vítimas correspondem a casos de estupro de vulnerável, 60,3% têm até 13 anos, 87,8% são do sexo feminino e 57,1% são negras. Além disso, entre as vítimas de 0 a 13 anos, 59,2% das agressões são praticadas por familiares e 36,9% por pessoas conhecidas, indicando que a violência ocorre majoritariamente em contextos de proximidade e confiança. O Anuário também registra 4.063 vítimas de crimes relacionados à produção, posse ou distribuição de material de violência sexual infantil, representando um crescimento de 25,3% em relação ao ano anterior. É ressaltado que esses registros constituem apenas uma pequena parcela do material efetivamente circulante na internet (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2026).

A dinâmica de ocorrência da violência sexual é complexa, com diferentes fases interligadas, desde a aproximação e preparação da criança ou adolescente, por parte da pessoa agressora, percorrendo os episódios de violência, geralmente acompanhados de ameaças de silenciamento e repressão da vítima (Hohendorff, Habigzang & Koller, 2017). A possibilidade de haver um trabalho que garanta a proteção e atendimento da vítima depende intimamente de que os episódios de violência sejam identificados, notificados e cessados.

A articulação de diferentes sistemas, envolvendo tanto o contexto familiar e social, quanto às autoridades e rede de proteção em saúde é fundamental para o enfrentamento da violência sexual. No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente ([ECA]; Brasil, 1990) visa garantir a proteção integral para esse público e estabelece que, mediante a suspeita ou confirmação de qualquer forma de violência contra crianças e adolescentes, deve haver a notificação obrigatória ao Conselho Tutelar (CT).

Nesse sentido, o processo de revelação ocupa um papel fundamental, e irá depender essencialmente da forma de interação estabelecida entre a vítima e o contexto em que ela está inserida, resultando, muitas vezes, em uma revelação tardia (Alaggia et al., 2017). A revelação pode ocorrer de forma intencional, quando a criança ou adolescente visa comunicar a violência que vem sofrendo, ou acidental, quando outra pessoa percebe algum indício apresentado pela criança ou adolescente.

Alguns fatores podem dificultar a revelação e, por conta disso, a violência sexual pode ocorrer por um longo período de tempo: a relação entre a pessoa agressora e a vítima, sendo que é comum ser perpetrada por pessoas adultas próximas da criança ou adolescente (Ministério da Saúde, 2018); a idade da vítima e suas condições de compreensão da situação de violência; o silenciamento por meio de ameaças à criança ou adolescente quando há a tentativa de revelar a violência; e a pressão pela retratação que a vítima pode sofrer após a revelação (Baía, et al., 2021). Ainda, o gênero, tanto da vítima como da pessoa agressora, devido a estigma e preconceitos sociais, pode facilitar ou dificultar a revelação da violência sexual.

Um estudo realizado com 11 homens adultos que foram vítimas de violência sexual na infância identificou algumas diferenças em relação ao gênero do agressor, tanto nas formas de revelação, como na reação dos pares à revelação. Nem todos os homens que sofreram violência sexual cometida pelos dois gêneros revelaram a violência cometida por mulher; porém, todos que sofreram violência sexual somente por agressora mulher realizaram a revelação. Da mesma forma, as reações demonstradas pela rede de apoio foram diferentes em relação ao gênero do agressor: a estigmatização da vítima e a agressividade ocorreram especificamente nos casos em que o homem era o agressor, e a apatia apareceu somente em um dos casos em que a agressora era uma mulher. A ocorrência da autoculpabilização das mães dos homens participantes do estudo não apresentou diferenças em relação ao gênero dos agressores (Inagaki & Souza, 2025).

No contexto brasileiro, tabus relacionados à sexualidade, particularmente aqueles que envolvem a violência sexual contra crianças e adolescentes, podem dificultar o reconhecimento da violência, sua revelação e a adoção de

medidas de proteção (Vega & Paludo, 2015). Os casos notificados demonstram que a maioria dos agressores são do gênero masculino, havendo dentre eles predomínio de pais e padrastos, caracterizando uma maior ocorrência de violência no âmbito intrafamiliar e, consequentemente, maior vulnerabilidade de crianças e adolescentes (Ministério da Saúde, 2018). A violência sexual intrafamiliar está associada a maior demora e maior dificuldade para a revelação (Alaggia et al., 2017).

A revelação deve ser compreendida como um processo gradual, interativo e relacional, e não como um evento único. Esse processo é influenciado pela interação entre fatores individuais, familiares, sociais, culturais e contextuais, em consonância com uma perspectiva socioecológica (Alaggia et al., 2017). A falta de suporte e cuidado influenciam diretamente a vítima a se retratar, fazendo com que muitas vezes a criança seja forçada a criar uma justificativa para negar a violência revelada (Baía et al., 2021).

Considerando, ainda, o contexto brasileiro e os fatores de risco e proteção referentes a violência sexual, a monoparentalidade se apresenta como uma característica marcante. No Brasil, em torno de 40,5% das famílias são chefiadas apenas por mulheres (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, *n.d.*), e isso consiste na difícil tarefa de garantir o sustento do lar e o cuidado com os/as filhos/as, muitas vezes, sem uma rede de apoio. Em meio a essa realidade, o papel das mães e suas reações frente às tentativas de revelação da violência sexual ocupa um importante lugar na efetivação da proteção de crianças e adolescentes, visto que, por vezes, são as únicas figuras de referência presentes. Porém, é indispensável também reconhecer que mães se encontram diante de sobrecargas físicas, emocionais e sociais (Baía et al., 2014), e esses dados não requerem julgamento, mas sim, intervenções que visem também seu bem-estar.

Apesar dos fatores expostos, é a partir da revelação que crianças e adolescentes podem receber ajuda, para si e para sua família, e também interromper a continuidade da violência sexual, restabelecendo sua qualidade de vida, segundo as medidas protetivas estabelecidas pelo ECA (Brasil, 1990). Assim, o papel das mães e suas reações mediante a revelação da violência sexual pelos/as filhos/as ocupa um lugar importante e complexo, e tem sido tema crescente de estudo e investigação.

Os estudos nacionais são referentes à compreensão de características das mães de crianças que foram vítimas de violência sexual (Santos & Dell'Aglio, 2008), a como as mães costumaram reagir ao tomar conhecimento da violência sexual sofrida por filhas do gênero feminino (Santos & Dell'Aglio, 2009) e também como tomaram conhecimento acerca da violência (Santos & Dell'Aglio, 2013). O suporte materno envolvendo casos específicos de violência sexual também foi caracterizado (Baía et al., 2014), havendo estudos que visam compreender o suporte e as reações maternas quando a violência sexual é sofrida por meninos (Bonfante et al., 2023; Hohendorff et al., 2015). Os resultados desses estudos indicam as mães como figuras importantes no processo de revelação da violência, que também necessitam de auxílio (Baía et al., 2014; Bonfante et al., 2023; Hohendorff et al., 2015; Santos & Dell'Aglio, 2008, 2009, 2013) e que, por vezes, também sofreram violências em sua história (Santos & Dell'Aglio, 2008, 2009, 2013).

No contexto internacional, o papel das mães também é considerado fundamental. Estudos apontam que reações positivas das mães diante da revelação influenciam na redução dos efeitos negativos para as vítimas (Hershkowitz et al., 2007). Pessoas cuidadoras que oportunizam conversas, reconhecendo sinais e angústias da criança, facilitam a revelação (Brennan & McElvaney, 2020). A tomada de conhecimento da ocorrência de uma violência passa por um processo interativo entre a criança, seu contexto e suas relações familiares e sociais, sendo as mães as principais figuras que as crianças buscam em suas tentativas de revelação (Alaggia et al., 2017).

Os estudos disponíveis indicam que as reações maternas diante da revelação da violência sexual são predominantemente protetivas (Bonfante et al., 2023; Santos & Dell'Aglio, 2009, 2013). Entretanto, tais investigações concentram-se nas experiências das próprias mães que frequentam serviços de proteção, permanecendo pouco explorada a perspectiva de profissionais que atuam no atendimento desses casos. Considerando que esses/as profissionais acompanham diferentes trajetórias familiares e ocupam posição estratégica na rede de proteção, suas percepções podem contribuir para ampliar a compreensão das múltiplas formas pelas quais as reações maternas são observadas e interpretadas no contexto do atendimento. Diante desse panorama, objetivou-se compreender como profissionais da rede

de proteção percebem as reações maternas diante da revelação da violência sexual de seus/suas filhos/as, buscando contribuir para uma compreensão mais abrangente diante da complexidade desse fenômeno.

2. Método

2.1. Participantes

Participaram do estudo 12 profissionais da rede de proteção, sendo 10 mulheres e dois homens, todos na faixa etária de 28 a 62 anos. As pessoas participantes possuíam curso superior completo, sendo que oito fizeram pós-graduação. O tempo de atuação na função variou entre dois anos e cinco meses a 19 anos. Sete haviam participado de algum tipo de formação específica acerca da violência sexual contra crianças e adolescentes. Pertenciam a duas instituições, sendo que seis deles atuavam em um Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) de um município de 206.113 habitantes no estado do Rio Grande do Sul e os outros seis atuavam em um programa de atendimento a vítimas e familiares de um município de 2.686.612 habitantes no estado do Ceará. As informações de cada participante estão na Tabela 1.

O número de participantes foi previamente estimado em 12 profissionais da rede de proteção de acordo com o estudo de Guest et al. (2006) acerca da saturação de dados. Foram utilizados como critérios de inclusão profissionais que estavam atuando na rede de proteção, de ambos os gêneros, com no mínimo dois anos e meio de atuação e que já tivessem atendido crianças e adolescentes vítimas de violência sexual e seus familiares. O tempo de dois anos e meio foi definido devido à pandemia, pois nesse período a atuação profissional pode ter sofrido alguma alteração. O critério de exclusão adotado foi qualquer tipo de impedimento em relação a responder às questões, como por exemplo, dificuldade para entender as perguntas. Não houve exclusão de participantes.

Tabela 1 – Participantes da pesquisa

Participante	Gênero/Idade	Formação Acadêmica	Função	Tempo na função	Formação específica sobre violência sexual
1	Mulher, 42a	Psicologia (PG)	Psicóloga	18 anos	Sim
2	Mulher, 45a	Psicologia (G)	Psicóloga	12 anos	Sim
3	Mulher, 34a	Serviço Social (G)	Assistente Social	2 anos e meio	Sim
4	Mulher, 53a	Serviço Social (PG)	Assistente Social	4 anos	Não
5	Mulher, 45a	Serviço Social (PG)	Assistente Social	19 anos	Sim
6	Mulher, 62a	Psicologia (PG)	Psicóloga	2 anos e meio	Sim
7	Homem, 30a	Direito (G)	Analista Jurídico	3 anos e 5 meses	Sim
8	Mulher, 44a	Serviço Social (G)	Assistente Social	14 anos	Não
9	Mulher, 34a	Psicologia (G)	Psicóloga	6 anos	Sim
10	Homem, 38a	Psicologia (G)	Psicólogo	3 anos e meio	Não
11	Mulher, 44a	Psicologia (PG)	Psicóloga	5 anos	Sim
12	Mulher, 28a	Direito (PG)	Analista Jurídica	4 anos	Não

Fonte: Autores (2026).

Formação acadêmica: G = Graduação, PG = Pós-Graduação. Idade: a = anos. Fonte: Autores (2026).

2.2. Instrumentos

Ficha de dados sociodemográficos: utilizada para caracterização das pessoas participantes. Continha questões sobre gênero, idade, escolaridade, tempo de serviço, formação específica sobre violência sexual, etc.

Roteiro de entrevista semiestruturado: utilizado para investigar percepções acerca das reações maternas diante da revelação da violência sexual de seus/suas filhos/as. Conteve perguntas como: “Com base nos casos que você já acompanhou, como você percebe que aconteceu a revelação da violência sexual contra crianças e adolescentes?” e

"Com base nos casos que você já acompanhou, quais são as reações maternas imediatas mais comuns diante da revelação?"

2.3. Procedimentos de coleta de dados

O presente estudo foi proposto a partir de discussões com profissionais da rede de proteção. Ao compartilhar os resultados de um estudo prévio sobre reações de mães diante da revelação (Bonfante et al., 2023), profissionais da rede indicaram que os resultados apresentados não incluíam reações que eram percebidas no cotidiano profissional. Assim, percebeu-se ser necessária a mudança na estratégia de coleta de dados que frequentemente é utilizada (recorrer a entrevistas com mães que frequentam serviços de proteção), recorrendo, portanto, a profissionais que têm contato tanto com quem permanece nos serviços quanto com quem não permanece.

Foi realizado o primeiro contato telefônico com a Secretaria de Cidadania e Assistência Social de um município do Rio Grande do Sul para apresentação da pesquisa e os critérios de inclusão e de exclusão. Foram, então, indicados seis profissionais que aceitaram participar e atendiam aos critérios de inclusão. O segundo contato foi feito com o Conselho Tutelar do mesmo município. Após algumas conversas e trocas de e-mail, foi respondido que os profissionais do órgão não tinham interesse em participar da pesquisa. O terceiro contato foi feito com um Programa de atendimento a vítimas e familiares de um município no estado do Ceará, o qual pertencia a rede de contatos do terceiro autor. Após apresentação da pesquisa e dos critérios de inclusão e exclusão por meio de contato telefônico com a coordenadora, seis profissionais aceitaram participar da pesquisa.

Após a definição das pessoas que participariam da pesquisa, o contato com cada um/a foi realizado de forma individual por meio de mensagem de WhatsApp como forma de confirmar a disponibilidade em participar da pesquisa e apresentá-la novamente caso tivesse alguma dúvida. Neste mesmo contato era solicitado o endereço de e-mail do/a participante para encaminhar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para leitura e posteriormente assinatura de forma digital, bem como era feita a definição da data e do horário que ficava melhor para realização da entrevista online. Na data e hora definida para a realização da entrevista foi encaminhado o link de acesso a plataforma Google Meet com cinco minutos de antecedência por meio de mensagem no WhatsApp. No início de cada entrevista era feita novamente a explicação de alguns pontos do TCLE. Após consentimento, a entrevista semiestruturada foi realizada.

Realizou-se a entrevista semiestruturada, com a gravação em áudio, com duração média de 30 minutos, sendo a com duração mínima de 23 minutos e a máxima de 56 minutos. Todas as entrevistas foram realizadas pela primeira pesquisadora, de forma individual, não havendo outras pessoas no momento da coleta de dados. A pesquisadora responsável pela realização das entrevistas possui graduação em Psicologia e era mestranda na época da coleta de dados, participava de grupo de pesquisa sobre violência contra crianças e adolescentes e atuação dos serviços de proteção, bem como psicóloga escolar. Durante as entrevistas não houve nenhuma intercorrência que tenha prejudicado o andamento tanto em relação a conexão da internet quanto imprevistos com participantes e a pesquisadora. Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra pela pesquisadora e um acadêmico do sexto nível do Curso de Psicologia, participante do Grupo de Pesquisa.

2.4. Procedimentos de análise de dados

A análise de dados foi baseada na Análise Temática proposta por Braun e Clarke (2006), que é dividida em seis etapas: (1) Familiarização com o conteúdo; (2) Geração de ideias iniciais; (3) Busca por temas; (4) Aperfeiçoamento de temas; (5) Definição de temas; (6) Produção de relatório. A familiarização com os dados se deu por meio da revisão das transcrições que foi realizada por um estudante de psicologia. Neste momento, a pesquisadora ouviu novamente todas as entrevistas, acompanhando as transcrições e, após revisar e reler todos os arquivos, códigos iniciais começaram a ser desenvolvidos, grifando as falas e relacionando-as entre si. No processo de busca pelos temas, a pesquisadora

agrupou os códigos iniciais, descrevendo-os e interligando aos possíveis temas, incluindo trechos específicos de falas. Na etapa de definição e nomeação dos temas encontrados, a pesquisadora e o orientador da pesquisa, se reuniram, discutiram e definiram os temas.

2.5. Considerações éticas

A coleta de dados iniciou apenas após aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade Meridional (CAAE 56401022.9.0000.5319). Cada pessoa participante foi informada sobre o objetivo e procedimentos da pesquisa com auxílio de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), tendo recebido uma cópia deste. Para resguardar o anonimato das pessoas participantes, cada uma delas escolheu um codinome com o qual foi chamada durante a gravação da entrevista.

3. Resultados

A análise temática de dados resultou em 11 temas e dois subtemas (Quadro 1). Os/as participantes foram identificados/as, quando necessário, com uma sigla que contempla a letra E de entrevistado/a, seguida do número identificador do/a participante - 1 ao 12. Tomados em conjunto, os temas indicam que as reações maternas na percepção dos/as profissionais da rede de proteção tendem a ser tanto protetivas quanto não protetivas. Sendo assim, é possível dividir os temas entre aqueles relacionados às reações protetivas e aqueles relacionados às reações não protetivas, bem como temas relacionados a sentimentos que a situação de violência sexual despertou nas mães para além de reações protetivas ou não.

Quadro 1 – Temas de acordo com o tipo de reação

Temas	Divisão
Acreditar no relato	Reações protetivas
Adesão aos encaminhamentos	
Proteção quando não há vínculo com o agressor	
Proteção por medo das consequências	
Rompimento com o ciclo da violência sexual	
Não acreditar no relato	Reações não protetivas
Não afastamento do companheiro/agressor	
Subtemas: dependência financeira e dependência afetiva	
Desconhecimento do que é violência sexual	
Ter sido vítima e ter sido negligenciada	
Sofrimento	Sentimentos
Desejo de vingança	

Fonte: Autores (2026).

O tema “acreditar no relato” diz respeito às mães que no momento da revelação da violência sexual reagiram acreditando no relato dos/as seus/suas filhos/as e o quanto acreditar no relato é o primeiro passo para as ações protetivas, como apresentado no seguinte trecho: “Mas se ela acredita,... ela faz a denúncia daí, né, nem sempre, no primeiro momento, é um boletim de ocorrência, mas aí chama o conselho e aí, aí é encaminhado, né, para fazer o boletim de ocorrência” (E6).

Outro tema advindo da análise foi a “adesão aos encaminhamentos”, que diz respeito a uma das formas de reação protetiva. Esses encaminhamentos podem ser os acompanhamentos com os/as profissionais da rede de proteção, como apresentado no trecho seguinte: “Muitas vezes quando os familiares estão dispostos a proteger suas crianças eles seguem o acompanhamento” (E1). Em outros casos esses encaminhamentos podem ser a notificação da violência sexual como apresentado a seguir: “Tem umas mães que, que realmente defendem a criança ou o adolescente, né, e fazem toda essa... hum, esse fluxo, né, no conselho tutelar, de fazer boletim de ocorrência” (E6).

No tema “proteção quando não há vínculo com o agressor” foi indicado que as mães têm maior tendência de reagirem de forma protetiva quando elas não têm vínculo afetivo com o agressor, como apresentado no trecho a seguir: A mãe, ela... ela buscou a rede, ela fez todos os encaminhamentos, ela estava muito indignada com o que aconteceu, mas por quê? Porque foi o companheiro da babá da filha, tá, então, assim, ela protegeu a filha, ela não deixou sozinha em casa, ela buscou uma babá, então foi o companheiro da babá, alguém que ela não tinha vínculo (E4).

As reações protetivas também ocorrem quando as mães protegem seus/suas filhos/as apenas por medo de serem responsabilizadas judicialmente caso não o façam. Assim, o tema “proteção por medo das consequências” inclui relatos nos quais se afirmou que algumas mães acabam protegendo muito mais por medo das consequências do que por entender que aquilo é importante como mostra o trecho: “Então ela já vai ficando com esse receio e leva não no intuito de entender que aquilo é para o bem dessa criança, mas que é uma situação que ela precisa ir de forma quase que forçada, porque se não for pode ser que tenha complicações”(E7).

Foi percebido ainda a busca de “rompimento com o ciclo da violência sexual”, ou seja, mães que também foram vítimas de violência sexual e conseguiram romper esse ciclo por não quererem que seus/suas filhos/as passem pelo que elas passaram, como relatado no trecho: “Algumas mães são assim, conseguem proteger, acreditam na violência sexual até porque vivenciaram isso, então elas têm todo um olhar diferente de sofrimento, elas ficam impactas e elas buscam ajuda até para afastar essa criança do agressor” (E2).

Em relação às reações não protetivas, o tema “não acreditar no relato” diz respeito às mães que no momento da revelação da violência sexual e às vezes posteriormente costumam reagir não acreditando no relato dos/as seus/suas filhos/as, conforme pode ser visto no seguinte relato: “A mãe na frente da promotora de justiça falou que ela não acreditava no que tinha acontecido e que ela optaria em ficar com o companheiro abrindo mão de todos os filhos” (E2). Por não acreditarem no relato da criança ou adolescente, os/as profissionais da rede de proteção acabariam tendo que convencê-la do ocorrido, como observado no seguinte trecho: “A mãe ela acaba não acreditando nessa situação e a gente, muitas vezes, tem que fazer um trabalho de convencimento, de explicar que aquela pessoa que fez” (E5).

Outra reação não protetiva é o “não afastamento do companheiro/agressor”, sendo dividido em dois subtemas – “dependência financeira” e “dependência afetiva” conforme pode ser observado nos seguintes relatos: “Quando é intrafamiliar pesa muita a questão financeira, porque muitas vezes aquele suposto agressor ele é o que está ali, como elas dizem ele que coloca o alimento aqui na mesa” (E8) e “Temos mães, mulheres que dependem financeiramente dos seus companheiros, mas existe outras questões também como a dependência afetiva que é muito grande, que não consegue romper esses laços com facilidade” (E11).

Foi possível identificar também o “desconhecimento do que é violência sexual”. Esse tema diz respeito às mães que no momento da revelação da violência sexual de seus/suas filhos/as reagem com desconhecimento do que é violência, principalmente em relação à violência sexual: “A revelação em si do que é violência ela fica muito comprometida, porque as pessoas muitas vezes não têm entendimento do que é a violência sexual” (E4). Tal desconhecimento tende a estar relacionado a reações não protetivas.

O tema "ter sido vítima e ter sido negligenciada" é referente às mães que não conseguem ser protetivas por também terem sido vítimas no passado e terem sido negligenciadas conforme os seguintes trechos: "A gente acaba atendendo as gerações, os mais velhos aqui, que já estão há mais tempo atendeu a avó, atendeu a mãe está atendendo os filhos e provavelmente vai atender os netos, por situações assim que não são trabalhadas" (E2).

Por fim, outros dois temas – "sofrimento materno" e "sentimento de vingança" – foram resultantes da análise, não sendo possível identificar se estão relacionados às reações protetivas ou não protetivas. Tais temas podem ser, portanto, relacionados a sentimentos que a situação de violência sexual despertou nas mães para além de reações protetivas ou não. O tema "sofrimento materno" diz respeito às mães que acabaram adoecendo após a revelação da violência sexual sofrida por seus/as filhos/as, como mostram os seguintes relatos: "Muitas vezes elas precisam ser encaminhadas para atendimento psicológico porque elas ficam sofrendo muito" (E1); "Ela queria desistir dos filhos, não queria saber mais de nada uma fala bem suicida mesmo que ela apresenta" (E10). Já no tema "sentimento de vingança" foram percebidas reações das mães após a revelação da violência sexual sofrida por seus/suas filhos/as relacionadas ao sentimento de vingança e de raiva em relação ao agressor, como mostram os seguintes trechos: "Aquela sede de vingança de matar mesmo" (E8); "Tirar aquela criança na maioria das vezes daquele contexto fazendo a notificação, mas assim elas chegam aqui com muita raiva" (E8).

Os temas identificados a partir dos recortes das entrevistas com os/as profissionais participantes demonstram a complexidade do fenômeno da revelação da violência sexual contra crianças e adolescentes. É possível perceber mães com condições psíquicas e sociais para aderir aos encaminhamentos da rede, podendo romper com o ciclo, havendo também certo discernimento sobre a gravidade e as consequências da violência. Há, porém, mães que não apresentam condições de terem reações protetivas em meio a suspeita ou confirmação de violência sexual. Nesses casos, os/as profissionais da rede identificaram que há desconhecimento sobre o que é violência sexual, dificuldade das mães em acreditar na situação revelada e, ainda, diferentes tipos de dependência por parte dessas mulheres com relação aos agressores.

Houve alguns aspectos que, independente de as reações serem ou não protetivas, se fizeram presentes na observação dos/as profissionais. O sofrimento e sentimentos de culpa foram recorrentes nas reações maternas, havendo também a revolta e o desejo de se vingar do agressor. Outro aspecto que foi identificado, mesmo que de forma sutil, no relato dos/as participantes e que se fez presente tanto nos temas referentes a reações protetivas quanto reações não protetivas, foram indícios da transgeracionalidade da violência sexual. Esse fator observado pode estar presente devido a uma sucessão de comportamentos violentos que foram naturalizados em gerações anteriores, impossibilitando a criação de recursos individuais e coletivos para romper com os ciclos de violência.

4. Discussão

As mães têm sido indicadas como figuras importantes nas situações de violência sexual, pois frequentemente são a elas que a violência é revelada (Santos & Dell'Aglio, 2010, 2013). Além disso, suas reações podem ser um elemento decisivo para a recuperação das vítimas (Alaggia et al., 2017, Hershkowitz et al., 2007). Ao analisar reações de mães de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual é imprescindível que não seja adotada uma postura de julgamento. Deve-se, no entanto, buscar entender e contextualizar as situações que se apresentam. Santos e Dell'Aglio (2008) indicam ser necessário evitar rotulações de qualquer pessoa da família, especialmente da mãe. É preciso considerar que a mãe faz parte do fenômeno da violência e, por isso, também necessita de ajuda. Assim, é imprescindível que sejam formuladas intervenções devido a sobrecarga emocional das mães diante da situação de violência (Baía et al., 2014).

Os estudos nacionais acerca das reações diante da revelação da violência sexual geralmente são realizados com mães de vítimas que frequentam serviços da rede de proteção (Baía et al., 2014; Hohendorff et al., 2015, Santos & Dell'Aglio, 2009, 2013). Isso parece ocorrer devido à possibilidade de acesso a essas mães por meio de coleta de

dados nesses serviços. Compreendeu-se, para este estudo, que ter acesso aos/às profissionais que atuam na rede de proteção e suas percepções, poderia ampliar as informações acerca do fenômeno da revelação da violência sexual, podendo englobar reações maternas distintas daquelas já descritas na literatura. Diante desse panorama, o estudo aqui apresentado se constitui como uma tentativa de avanço de conhecimento na área em que se insere.

Os resultados aqui apresentados corroboram os de estudos anteriores. Percebe-se que as reações de mães de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual tendem a ser protetivas e não protetivas (Baía et al., 2014; Santos & Dell'Aglio, 2008, 2013), que dependem de diferentes fatores, o que mostra a necessidade de se analisar cada caso e buscar sua compreensão (e não julgamento) para uma efetiva intervenção com a família. Além de corroborar estudos anteriores, é possível afirmar que alguns resultados deste estudo são inéditos dada a estratégia de coleta de dados com profissionais de serviços da rede de proteção. Destacam-se temas relativos tanto às reações protetivas quanto às reações não protetivas que parecem se configurar como possíveis influências na forma como as mães reagem diante da revelação.

O vínculo com o agressor demonstrou ser um fator que influencia a reação da mãe da vítima, sendo que aquelas que possuem algum vínculo afetivo próximo teriam maior dificuldade em apresentar reações protetivas. Na perspectiva dos/as entrevistados/as, isso pode ser explicado por alguma dependência afetiva e/ou financeira que poderia levar algumas mães a não se afastar do agressor, geralmente seu companheiro. Em um estudo anterior também foi constatada que a proximidade com o agressor e possível dependência financeira e emocional tendem a influenciar as reações das mães (Santos & Dell'Aglio, 2008).

Tal confluência de resultados indica a necessidade de que sejam estabelecidas medidas de auxílio às mães de modo que tenham o suporte necessário em termos de rede de apoio afetiva e estrutural para que consigam se desvincular do perpetrador da violência. É premente que sejam promovidas ações de acolhimento de mães fragilizadas emocionalmente e financeiramente para que sejam dadas as condições de elas apresentarem reações protetivas. Para isso, é necessário que questões referentes à gênero e fatores culturais e estruturais sejam incluídas em políticas públicas (Baía et al., 2015). Estereótipos de gênero baseados na submissão feminina e dominação masculina devem ser problematizados desde a infância em ações de educação sexual visando formar pessoas adultas que não reproduzam práticas relacionais deletérias. Ademais, é necessário que questões estruturais como a desigualdade de renda entre homens e mulheres, a precarização do trabalho e a jornada dupla – laboral e doméstica – sejam revistas para que mães tenham a oportunidade de serem protetivas.

O desconhecimento do que é violência sexual também parece afetar as reações. Como menciona Hunter (1990), o modo como se define algo está relacionado a como se reage a isso. Portanto, o que se entende como violência terá influência nas intervenções que serão realizadas. O resultado acerca do desconhecimento do que é violência sexual é ilustrativo do quanto é necessário investimento em conscientização acerca da violência. Tal conscientização deve ser dirigida à população geral, mas também a profissionais. Sabe-se que a violência está presente na sociedade desde a invasão do país, situação na qual mulheres indígenas foram violentadas sexualmente pelos invasores. Isso somado ao passado escravagista do país são importantes constituintes de uma certa naturalização da violência que se perpetua no país. É preciso encarar o fato de que o Brasil é um país fundado pela violência e que ela faz parte do imaginário social de forma banalizada. Ainda é comum que essas práticas sejam aceitas devido ao machismo e ao patriarcado (Hohendorff, 2023).

A experiência de ter sido vítima de violência sexual e reconhecer-se como tal parece facilitar reações protetivas ao passo que se busca romper com a transgeracionalidade da violência. A experiência de ser vítima de violência sexual na infância é indicada em diferentes estudos como fator interveniente nas reações de mães (Santos & Dell'Aglio, 2008, 2009, 2013) principalmente nas reações protetivas (Santos & Dell'Aglio, 2013). Assim, é importante que seja dada a devida atenção para a situação das mães, pois a revelação da violência contra seus/suas filhos/as pode trazer à tona suas próprias situações pregressas de violência que precisam, também, ser foco de intervenção. Isso reforça que a atuação profissional deve estar baseada no entendimento de cada caso e não no julgamento das reações, uma vez que

mães que sofreram violência na infância e que não receberam o devido cuidado tendem a não apresentar reações protetivas de acordo com o que foi verificado no presente estudo.

A negligência perante uma situação de violência sexual pode reforçar a ideia de que não se trata de algo grave e contribuir para a sua banalização por meio de pensamentos do tipo "é assim mesmo, não adianta fazer nada." A falta de modelos de família protetiva (Santos & Dell'Aglio, 2008) e a exposição a modelos parentais inadequados (Santos & Dell'Aglio, 2009) são importantes influências em reações não protetivas por parte de mães de crianças e adolescentes vítimas. Ter sido vítima e não receber apoio pode contribuir para o que Summit (1983) chamou de síndrome de acomodação em vítimas de violência sexual negligenciadas. Haveria uma acomodação à situação de violência motivada pela percepção de que tentativas de ajuda não são efetivas e, portanto, não há nada mais a ser feito, acomodando-se a situação por falta de perspectiva de resolução devido a ausência de respostas protetivas. Supõe-se, a partir dos resultados deste estudo e da proposição de Summit (1983), que a síndrome de acomodação pode afetar não somente a situação de violência vivenciada, mas também a reação da pessoa adulta que se depara com um/a filho/a diante da mesma situação.

A adesão aos encaminhamentos foi considerada uma reação protetiva. Embora seja uma reação protetiva, a adesão aos encaminhamentos requer uma análise aprofundada uma vez que estudos costumam indicar diversas dificuldades para efetivação das intervenções dos serviços de proteção, sendo os mais frequentes falta de recursos financeiros e humanos, problemas de estrutura física (Macedo et al., 2019), falta de articulação e relacionamento entre os serviços (Santos & Costa 2011; Silva et al., 2018), insuficiência dos serviços ofertados (Deslandes & Campos 2015) e escassez de ações preventivas (Faraj et al., 2016). Diante disso, é importante frisar que a adesão aos encaminhamentos é algo que vai muito além da pessoa usuária do serviço. Isso significa que é preciso considerar as condições da oferta desses serviços. A desarticulação dos serviços, sobreposição e multiplicidade de encaminhamentos, falta de recursos para locomoção e a falta de acolhimento profissional são alguns fatores que podem influenciar a adesão aos encaminhamentos. Assim, é preciso romper com a lógica de responsabilização da pessoa usuária pela adesão ou não aos encaminhamentos, uma vez que é premente que as condições de tais encaminhamentos sejam constantemente avaliadas.

Acreditar no relato foi indicado como o primeiro passo para demais reações protetivas. A reação da rede de apoio imediata de uma vítima de violência é indicada como um dos principais mediadores do impacto dessa situação traumática (Hershkowitz et al., 2007). Para que haja credibilidade parece lógico que a pessoa que recebe a revelação deva ter conhecimento do que é violência sexual, outro tema resultante da análise de dados deste estudo, reforçando a necessidade de conscientização da população. Ademais, é preciso levar em consideração, conforme estudos prévios (Baía et al., 2014; Santos & Dell'Aglio 2009), que a falta de credibilidade inicial no relato não indica, necessariamente, ausência de ações protetivas posteriores. Portanto, tem-se um indicativo do caráter dinâmico que as reações de mães de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual podem ter. Isso implica na necessidade de apoio a essas mães, independente da reação inicial, buscando fornecer suporte para que consigam cumprir com seu papel protetivo.

O suporte às mães de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual é essencial diante do sofrimento que vivenciam. De acordo com os resultados expostos, há mães que necessitam de atendimento psicológico diante de sintomas como apatia e ideação suicida. A sobrecarga emocional que as mães vivenciam indica, portanto, a necessidade de que sejam disponibilizadas estratégias de intervenção familiar (Baía et al., 2014), o que reafirma a necessidade de uma postura profissional diante de reações inicialmente não protetivas de compreensão e acolhimento.

Os serviços da rede de proteção devem ser espaços em que seja permitida a exposição de diferentes reações diante de situações traumáticas. Sentimentos de raiva e desejos de vingança, conforme resultados deste estudo, podem ocorrer e devem ser acolhidos e buscadas alternativas de manejo. Não cabe a nenhum/a profissional julgar tais reações, mas sim entendê-las e buscar alternativas de enfrentamento. É importante dar atenção aos desejos de vingança, tendo em vista a cultura violenta e punitiva da sociedade. Possíveis consequências de ações de vingança devem ser discutidas visando fazer com que se perceba que essa alternativa trará ainda mais problemas. Estratégias de regulação emocional podem ser trabalhadas com as mães durante atendimentos direcionados a elas.

O objetivo deste estudo foi conhecer as percepções de profissionais acerca das reações maternas diante da revelação da violência sexual dos seus/suas filhos/as. Como ocorre em qualquer pesquisa, delimitou-se a investigação das reações de mães dada a importância dessas reações para as crianças e adolescentes. No entanto, é necessário que situações de violência sejam analisadas para além dos microssistemas onde ocorrem.

Para que as vítimas de violência sexual sejam protegidas é preciso uma postura protetiva da sociedade como um todo. Isso ocorre por meio do combate aos fatores constituintes da violência, dentre eles o machismo e o patriarcado. Além disso, é preciso investimento em estratégias que comprovadamente auxiliem no reconhecimento da violência sexual. Embora perceba-se um ataque às iniciativas de educação sexual, é evidente seu potencial em contribuir para que situações de violência sexual sejam descobertas e cessadas. Assim, ao almejar uma sociedade na qual crianças e adolescentes estejam protegidos/as, é preciso coerência em posicionamentos e ideologias defendidas. Intervenções de educação sexual direcionadas às crianças e adolescentes e estendidas às suas pessoas cuidadoras, que podem não ter tido acesso à informação, precisam se tornar políticas públicas de estado em caráter prioritário.

5. Discussão

Os resultados deste estudo são fruto de uma pesquisa realizada com profissionais da rede de proteção, ou seja, pessoas que estão em contato direto com mães. A pesquisa foi realizada após compartilhamento dos resultados de pesquisa prévia (Bonfante et al., 2023) na qual se recorreu a entrevistas com mães de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. Os resultados indicaram reações protetivas, os quais foram questionados pelos/as profissionais dos serviços parceiros na coleta de dados. Esses/as profissionais indicaram haver reações não protetivas, que não foram identificadas na pesquisa realizada. Assim, buscou-se outra estratégia de coleta de dados a fim de contribuir para o aprofundamento no tema das reações de mães diante da revelação. Portanto, o estudo aqui apresentado tem caráter inovador devido a estratégia de coleta de dados que se diferencia da que usualmente é utilizada em pesquisas prévias sobre o tema, o que ocorreu devido ao diálogo com profissionais da rede. Esse diálogo entre pessoas pesquisadoras e sociedade precisa ser cada vez mais frequente para que a ciência seja difundida e cumpra seu papel de melhorar as condições de vida de todas as pessoas. Portanto, deve-se realizar pesquisas com e para as pessoas e não somente pesquisas sobre pessoas.

Além do caráter inovador, a pesquisa aqui apresentada possui, assim como qualquer outra, limitações que precisam ser consideradas. Embora se tenha atentado para a reflexibilidade, a experiência das pessoas autoras com o tema pode ter interferido nas análises e interpretações realizadas, algo inerente ao delineamento qualitativo. Uma forma de atenuar a subjetividade das pessoas autoras na análise dos dados e interpretação dos resultados poderia ter sido a submissão dos resultados às pessoas entrevistadas para checagem, procedimento que não foi realizado devido à falta de tempo para contatar novamente todas as pessoas entrevistadas. Ademais, cogita-se que a solicitação de novo horário com profissionais participantes poderia somar à sobrecarga de trabalho característica nos serviços da rede, tendo, então, se optado por não realizar a etapa de checagem, a qual pode ser organizada previamente, comunicada aos profissionais e utilizada em estudos futuros.

Sugere-se também que estudos futuros sobre o tema possam recorrer a profissionais de serviços não contemplados neste estudo, bem como ter como foco as estratégias de manejo dos serviços da rede de proteção diante de reações não protetivas. Estudos longitudinais podem ser propostos com o objetivo de conhecer as possíveis mudanças nas reações das mães, podendo vir a comprovar o caráter não definitivo de reações iniciais não protetivas, por exemplo. Por fim, espera-se que os resultados aqui apresentados, bem como os de estudos prévios e futuros possam ser efetivamente incluídos no planejamento de intervenções e em políticas públicas visando a proteção de todas as pessoas envolvidas em situações de violência.

Declaração de disponibilidade de dados

Este artigo fundamenta-se na análise de um conjunto de dados que contém informações sensíveis, razão pela qual não é possível disponibilizá-lo publicamente. Em conformidade com as diretrizes editoriais da revista, o artigo está isento da obrigatoriedade de registro em repositórios públicos e da divulgação integral dos dados utilizados.

Referências

Alaggia, R., Collin-Vézina, D., & Lateef, R. (2017). Facilitators and barriers to child sexual abuse (CSA) disclosure: A research update (2000-2016). *Trauma, Violence & Abuse, 1*-24. https://doi.org/10.1177/1524838017697312

Baía, P. A. D., Alberto, I. M. M., & Dell'Aglio, D. D. (2021). Revisão integrativa dos fatores associados à retratação após revelação do abuso sexual de crianças [Integrative review of factors associated with recantation after disclosure of child sexual abuse]. *Psicologia Argumento*, *39*(105), 714-742. https://doi.org/10.7213/psicolargum.39.105.AO15

Baía, P. A. D., Magalhães, C. M. C., & Veloso, M. M. X. (2014). Caracterização do suporte materno na descoberta e revelação do abuso sexual infantil [Characterization of maternal support in the discovery and disclosure of child sexual abuse]. *Temas em Psicologia*, *22*(4), 691-700. http://dx.doi.org/10.9788/TP2014.4-02

Baía, P. A. D., Veloso, M. M. X., Habigzang, L. F., Dell'Aglio, D. D., & Magalhães, C. M. C. (2015). Padrões de revelação e descoberta do abuso sexual de crianças e adolescentes [Patterns of child and adolescent disclosure and discovery ofsexual abuse]. *Revista de Psicología*, *24*(1), 1-19. https://doi.org/10.5354/0719-0581.2015.37007

Bonfante, A. D. A. B., Polli, L., & Hohendorff, J. V. (2023). Reações de mães de meninos vítimas de violência sexual diante da revelação [Mother's reactions towards their sons' disclosure of sexual violence victimization]. *Psicologia em Estudo*, *28*, e53140. https://doi.org/10.4025/psicolestud.v28i0.53140

Brasil (1990). *Lei 8.069: Dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente e dá outras providências*. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm

Brasil. (2017). *Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente)*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13431.htm

Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology, 3*(2), 77-101. https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa

Brennan, E., & McElvaney, R. (2020). What helps children tell? A qualitative meta-analysis of child sexual abuse disclosure. *Child abuse review*, *29*(2), 97-113. https://doi.org/10.1002/car.2617

Deslandes, S. F., & Campos, D. D. S. (2015). A ótica dos conselheiros tutelares sobre a ação da rede para a garantia da proteção integral a crianças e adolescentes em situação de violência sexual [Guardianship Councilors' views on the effectiveness of the existing network in providing full protection to children and teenagers in situations of sexual violence]. *Ciência & Saúde Coletiva*, *20*, 2173-2182. https://doi.org/10.1590/1413-81232015207.13812014

Faraj, S. P., Siqueira, A. C., & Arpini, D. M. (2016). Rede de proteção: O olhar de profissionais do sistema de garantia de direitos [Protection network in the assistance to children, adolescents and their families in situation of violence]. *Temas em Psicologia, 24*(2), 727–741. http://dx.doi.org/10.9788/TP2016.2-18

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2026). *20º Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/fbsp/305

Guest, G., Bunce, A., & Johnson, L. (2006). How many interviews are enough? An experiment with data saturation and variability. *Field Methods, 18*(1), 59-82. https://doi.org/10.1177/1525822X05279903

Hershkowitz, I., Lanes, O., & Lamb, M. E. (2007). Exploring the disclosure of child sexual abuse with alleged victims and their parents. *Child Abuse & Neglect*, *31*, 111-123. https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2006.09.004

Hohendorff, J. V. (2023). As Escutas Especializadas na prática. In C. L. Pelisoli, J. V. Hohendorff & S. L. R. Rovinski (Eds.), *Princípios e práticas da escuta de crianças e adolescentes vítimas de violência: Um guia para profissionais da rede de proteção e justiça* (pp. 125-157). Proteja Editora.

Hohendorff, J. V., Nelson-Gardell, D., Habigzang, L. F., & Koller, S. H. (2017). An integrative conceptual model for enhanced understanding of the dynamics of sexual violence against children. In D. D. Dell'Aglio & S. H. Koller (Eds.), *Vulnerable children and youth in Brazil: Innovative approaches from the psychology of social development* (pp. 77–88). Springer. https://doi.org/10.1007/978-3-319-65033-3_6

Hohendorff, J. V., Santos, S. S., & Dell'Aglio, D. D. (2015). Estudo de caso sobre a revelação da violência sexual contra meninos [Case study on the disclosure of male sexual violence]. *Contextos Clínicos*, *8*(1), 46-54. http://dx.doi.org/10.4013/ctc.2015.81.05

Hunter, M. (1990). *Abused boys: The neglected victims of sexual abuse*. EUA: Fawcett Books.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (*n.d*). *Retrato das desigualdades de gênero e raça – Chefia de família*. https://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_chefia_familia.html

Inagaki, R. L. de A., & Souza, L. E. C. de. (2025). A revelação e as reações da rede de apoio na violência sexual infantil (VS) contra meninos. *Psicologia e Saber Social*, *14*, 100–133. Recuperado de https://www.e-publicacoes.uerj.br/psi-saber-social/article/view/92887

Macedo, D. M., Foschiera, L. N., Bordini, T. C. P. M., Habigzang, L. F., & Koller S. H. (2019). Revisão sistemática de estudos sobre registros de violência contra crianças e adolescentes no Brasil [Systematic review of studies on reports of violence against children and adolescents in Brazil]. *Ciência & Saúde Coletiva, 24*(2), 487-496. https://doi.org/10.1590/1413-81232018242.34132016

Ministério da Saúde (2018). Análise epidemiológica da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2011 a 2017. *Boletim Epidemiológico, 49*(27), 1-17. https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2018/junho/25/2018-024.pdf

Santos, S. S., & Dell'aglio, D. D. (2008). Compreendendo as mães de crianças vítimas de abuso sexual: Ciclos de violência [Understanding the mothers of children who are victims of sexual abuse: Cycles of violence]. *Estudos de Psicologia*, *25*, 595-606. http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v25n4/a14v25n4

Santos, S. S. & Dell'aglio, D. D. (2009). Revelação do Abuso Sexual Infantil: Reações Maternas [Disclosure of child sexual abuse: Mother's reactions]. *Psicologia: Teoria e Pesquisa, 25*(1), 85-92. https://doi.org/10.1590/S0102-37722009000100010

Santos, S. S. D., & Dell'Aglio, D. D. (2010). Quando o silêncio é rompido: o processo de revelação e notificação de abuso sexual infantil [When the silence is broken: The process of disclosure and reporting of child sexual abuse]. *Psicologia & Sociedade*, *22*(2), 328-335. https://doi.org/10.1590/S0102-71822010000200013

Santos, V. A., & Costa, L. F. (2011). A violência sexual contra crianças e adolescentes: Conhecer a realidade possibilita a ação protetiva [Sexual abuse of children and adolescents: Understanding the reality enables protective action]. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, *28*(4), 529-537. https://doi.org/10.1590/S0103-166X2011000400013

Santos, S. S., & Dell'Aglio, D. D. (2013). O processo de revelação do abuso sexual na percepção de mães [The disclosure process of sexual abuse in the mothers' perception]. *Psicologia: teoria e prática, 15*(1), 50-64. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872013000100004&lng=pt&tlng=pt.

Silva, P. A., Lunardi, V. L., Meucci, R. D., & Algeri, S. (2018). Protection of children and adolescents victims of violence: The views of the professionals of a specialized service. *Investigación y Educación en Enfermería*, *36*(3), e02. https://doi.org/10.17533/udea.iee.v36n3e02

Summit, R. (1983). The child sexual abuse accommodation syndrome. *Child Abuse and Neglect*, *7*, 177-193. https://doi.org/10.1016/0145-2134(83)90070-4

Vega, L. B. S., & Paludo, S. S. (2015). Exploração sexual e rede de proteção na perspectiva da vítima [Sexual exploitation and safety network from the victim's perspective]. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, *67*(2), 47-60. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672015000200005

Editor Responsável: Débora P. N. Pinheiro

Recebido/Received: 11.08.2025 / 08.11.2025

Aprovado/Approved: 27.07.2026 / 07.27.2026